

humanitas



Vol. LXIII
2011

43), onde a análise de Catulo XI põe em relevo a enorme capacidade de assimilação do mundo poético grego e a novidade do poema, particularmente registada nos etnónimos que, numa viagem imaginária, pela primeira vez entram na literatura latina e servirão de intertexto a futuros autores, com relevo para Virgílio. O cap. 6 (pp.163-188) aborda com mestria o significado das *Metamorfoses* na poesia do século de Augusto, analisando o conteúdo, a forma e a intencionalidade da obra, em especial quando confrontada com a *Eneida* (veja-se a análise das ocorrências de *fatum* em ambos os poemas, pp. 182 ss.), para concluir pela sua especial novidade e singularidade no campo das letras latinas. O cap. 11 (pp.289-314), onde o autor exerceu a sua especial sensibilidade estética, revelou-se-me particularmente interessante, em parte por ser matéria que não tenho frequentado muito. Nele são postos em relevo tanto a nova sensibilidade poética da poesia tardo-antiga quanto a genialidade de temas vários e extremamente fecundos para os vindouros, como o espelho. E deve dizer-se que, na análise literária destes poemas e autores, António Alvar Ezquerro sempre soube dosear a sua enorme argúcia com a sensibilidade e uma grande capacidade de relacionar os factos literários com o referente social.

FRANCISCO DE OLIVEIRA

FERREIRA, José Ribeiro, FERREIRA, LUÍSA N. (Orgs.), *As Sete Maravilhas do Mundo Antigo. Fontes, fantasias e reconstituições*. Lisboa, Edições 70, 2009.

A tradição dos Estudos Clássicos em Portugal tem sofrido de uma dificuldade crónica: a falta de textos em edições acessíveis, quer nas línguas de origem (o Grego e o Latim), quer em tradução. Daí que, ainda no tempo de Eça de Queirós, os textos clássicos fossem conhecidos e divulgados entre nós através de traduções francesas, como tem sido demonstrado em muitos estudos queirosianos. A situação actual não é muito diferente. Apesar do esforço de tradução dos Clássicos a que professores e investigadores das Universidades de Coimbra e Lisboa se têm dedicado, continuamos a aceder à cultura clássica e aos textos preponderantemente via traduções inglesas. É por isso de saudar o livro em apreço, *As Sete Maravilhas do Mundo Antigo. Fontes, fantasias e reconstituições*, uma obra elaborada com o intuito de disponibilizar aos leitores de língua portuguesa um

conjunto de estudos sobre cada uma das sete maravilhas. Acrescente-se que a ideia deste volume surgiu quando, em 2007, se procedeu à eleição, “a partir de Lisboa, das Sete Novas Maravilhas, no âmbito do projecto que Bernard Weber lançara na Internet sete anos antes.”⁹

Os trabalhos relativos às Sete Maravilhas do Mundo Antigo aqui reunidos são da responsabilidade de nove estudiosos de reconhecido mérito - historiadores, arqueólogos e filólogos -, que exercem a sua actividade de docência e investigação nas Universidades de Lisboa, Coimbra e Minho.¹⁰ Uma “parceria” cultural inter-universitária como esta deixa, desde logo, adivinhar a qualidade da obra encetada. E o trabalho não era fácil, se se levar em linha de conta que, das sete construções em estudo - as Pirâmides do Egipto, os Jardins Suspensos de Babilónia, o Artemision de Éfeso, o Zeus de Olímpia, o Mausoléu de Halicarnasso, o Colosso de Rodas e o Farol de Alexandria - de todas elas, só uma resta: as Pirâmides. Todas as outras desapareceram, vítimas do tempo e dos homens. São os textos de autores antigos que no-las dão a conhecer, ou melhor, que nos permitem, como se diz em subtítulo, partir das fontes e passar a fantasias e, na melhor das hipóteses, a reconstituições. Mas para tal precisamos do auxílio precioso de investigadores que nos guiem nesta aventura de visualizar e dar corpo às indicações fornecidas pelas fontes antigas. E foi o que fizeram os autores reunidos no presente volume, que em boa hora responderam ao desafio lançado pelos organizadores.

O livro abre com as **Pirâmides do Egipto**. Como se disse, do conjunto das Sete Maravilhas apenas estas, por sinal as mais antigas, superaram os efeitos do tempo devorador. Luís Manuel de Araújo (da Universidade de Lisboa) enquadra historicamente o aparecimento “de tão gigantescas construções”, datáveis de cerca de 2600-2500 a.C. e fala das três pirâmides de Guiza (ou Gizé, em árabe clássico), que na nossa meninice aprendemos a identificar com os nomes gregos dos seus reis e senhores, os faraós Quéops, Quéfren e Miquerinos. Com base no que deixaram escrito três autores gregos - Heródoto (séc. V a.C.), Diodoro Sículo (séc. I a.C.), Estrabão (séc.

⁹ Este elenco das Sete Maravilhas do Mundo Antigo vem já dos tempos antigos. Foi Fílon de Bizâncio (séc. III-II a.C.) quem pela primeira vez apresentou um catálogo de maravilhas arquitectónicas. Depois dele, muitos outros catálogos se sucederam.

¹⁰ Os trabalhos que agora podemos ler foram dados a conhecer primeiramente num encontro científico que teve lugar em Coimbra no dia 7 de Dezembro de 2007.

I a.C.- I d.C.) – e o romano Plínio, o Velho (séc. I d.C.), e guiados pela pena de Manuel de Araújo, conhecemos em pormenor o modo de construção das pirâmides, a sua estrutura e a sua finalidade, bem como o complexo funerário em que se integravam. “O que impressiona e já tinha extasiado os viajantes antigos são as dimensões esmagadoras”, diz o autor (p. 23); para dar uma ideia dessa grandeza, o autor afirma que na Grande Pirâmide (a de Quéops) foram colocados originalmente dois milhões e meio de blocos de pedra calcária, sendo a média do peso de cada bloco de duas toneladas, embora alguns atinjam quinze toneladas. A Pirâmide do filho, com blocos de igual ou superior tonelagem, é mais baixa três metros. Ao lado encontra-se a Esfinge, um monumento com 73 m de comprimento e 20 m de altura (vd. p. 25).

Além das inúmeras referências numéricas relativas às construções (de que faz um levantamento comparativo na p. 29), Luís Manuel de Araújo salienta ainda um dado interessante: o de que os viajantes clássicos puderam testemunhar e admirar o revestimento original das pirâmides, “com as suas pedras bem polidas de cobertura brilhando ao sol” (p. 26). E ao tomar conhecimento da real dimensão destas construções faraónicas que o tempo não destruiu, somos levados a pensar na famosíssima ode 3.30 de Horácio, na qual o poeta augurava para si mesmo uma glória capaz de ultrapassar no tempo a duração das pirâmides reais, já que estas estariam condenadas, como tudo o que é humano, à ruína.

Pela mão de Nuno Simões Rodrigues (da Universidade de Lisboa) entramos nas **Maravilhas de Babilónia**, que em boa verdade são duas: os Jardins Suspensos – “de todos os *theamata* os menos conhecidos” – e as famosas Muralhas de Babilónia. Simões Rodrigues oferece-nos, a pretexto das Maravilhas, um passeio pela história da Babilónia desde as origens (meados do IIIº milénio a.C.) aos tempos de Nabucodonosor II (séc. VI a.C.), quando a cidade do Eufrates atingiu uma grande extensão muralhada, com os seus bastiões, e teve quase 100.000 habitantes, com as suas amplas alamedas e ruas, os seus grandes complexos ornamentais, as suas estruturas hidráulicas e os Jardins Suspensos (que em rigor ainda se não sabe ao certo em que consistiam¹¹). Como é reiterado ao longo do estudo, a antiguidade,

¹¹ E, se não existiram de facto, a que se deve tal ideia? Resposta de Simões Rodrigues (p. 51): “Esta (ideia) poderá corresponder a uma velha utopia, que se materializa em diversos textos antigos, em que o jardim é um espaço omnipresente, desde os que se encontram na poesia suméria e acádica aos da Pérsia, passando pelo Éden bíblico, pelas descrições homéricas de Ogígia e Esquéria (*Odisseia* 5.63-74,

a imponência e grandiosidade de tudo quanto diz respeito à Babilónia contribuíram para a expansão da imagem e simbologia da cidade mesopotâmica na cultura ocidental.

O **Artemísion de Éfeso** é apresentado por José Ribeiro Ferreira (Universidade de Coimbra). Trata-se do celebrado templo dedicado a Ártemis, “deusa grega da pureza, dos animais selvagens e dos espaços exteriores”, cedo associada à deusa asiática Cíbele. Ribeiro Ferreira lembra como a cidade de Éfeso cresceu à sombra deste magnífico templo – que, além do desempenho de funções religiosas associadas ao culto, funcionava como banco, aceitava dádivas e emprestava dinheiro do tesouro do mesmo templo. Considerado no Período Helenístico uma das Sete Maravilhas do mundo, o templo foi referido por Antípatro de Sídon, poeta helenístico do séc. II a.C., como sendo a mais bela de todas as maravilhas (*Antologia Palatina*, 9.58). E segundo Pausânias, o templo, pela sua grandeza, “supera todas as criações da mente humana”. Foi, de facto, o maior edifício do mundo grego antigo. Reza a história que o Artemísion foi construído em razão da rivalidade entre Samos, com o seu *Heraion*, e Éfeso. Consta que a sua edificação levou mais de 120 anos, sendo seus primeiros construtores Quérsifron e seu filho Metágenes, naturais de Cnossos, em Creta. Era um templo delimitado por dupla fiada de colunas de mármore, em número de mais de cem. Contemplá-lo causava um extraordinário assombro, diz-se. Foi destruído no séc. IV a.C. por dois incêndios, o segundo dos quais, em 356, é atribuído a um pirómano louco, que dessa forma alcançou o que pretendia: ficar para a história... ¹²

O caso ocorreu, diz a lenda, no dia do nascimento de Alexandre Magno. Depois, aproveitando os alicerces, materiais e ruínas do anterior, os Efésios construíram novo templo, grandioso, que foi considerado uma das Sete Maravilhas do mundo. Diz Ribeiro Ferreira (p. 63): “Conta-se que, impressionado com a beleza e magnificência do santuário, quando por

7.112-132), pela alusão hesiódica ao pomar das Hespérides (*Teogonia* 212-216), pelos ambientes romanescos do livro de *Ester* e pelas alusões de Xenofonte ao *paradeisos / pairidaeza* persa (*Económico* 4.21-24).” Mas a posição mais razoável, ainda segundo Simões Rodrigues (p. 52), é que os Jardins Suspensos existiram, de facto.

¹² E a verdade é que Camões não deixa de o registar (canto II, 113), com o nome de Horóstrato, como a propósito lembra o Professor Ribeiro Ferreira: Queimou o sagrado templo de Diana, / Do sutil Tesifónio fabricado, / Horóstrato, por ser da gente humana / Conhecido no mundo, e nomeado.

ali passou a caminho da Pérsia, (334 a.C.), Alexandre Magno manifestou o desejo de tomar a seu cargo e de financiar a prossecução dos trabalhos e seus custos, com a condição de nele poder gravar o seu nome.” (pp. 63-64). Sempre o desejo de deixar de si memória escrita... Os Efésios recusaram, alegando que um deus não podia erguer um templo a outro deus...

Alexandre Magno queria perpetuar a sua memória num magnificante templo que superava o Pártenon, em superfície, quatro vezes! Mas pouco resta dele. Das cerca de 127 colunas que o rodeariam, “apenas um fuste se mantém de pé” (p. 64). As coisas clássicas têm esta virtude: a cada passo nos advertem de que tudo passa, até aquilo que pareceria estar a salvo, por ser um grandioso santuário...

Coube a Maria Helena da Rocha Pereira evocar o **Zeus de Olímpia**. Poderia dizer-se o Zeus de Fídias, do nome do seu criador, considerado o mais famoso escultor grego. Era uma estátua criselefantina, de doze metros de altura, adornada de pedras preciosas. Foi objecto de admiração durante séculos, mas desapareceu sem deixar vestígios. Dele restam apenas as descrições que os autores antigos nos deixaram, de mistura com informações curiosas a seu respeito. A pretexto desta estátua de Zeus, a Prof. Maria Helena da Rocha Pereira evoca a cidade de Olímpia e os Jogos que a celebrizaram. E então as memórias evocativas surgem em catadupa: recorda-se a conhecida interrupção das hostilidades para a celebração dos Jogos (até mesmo no período das guerras Medo-Persas); lembra-se como o único prémio da vitória (uma coroa de oliveira brava) provocou na corte do rei da Pérsia um grande espanto, levando mesmo um cortesão a exclamar: “Que homens são esses contra quem nos levas a combater, se eles não lutam pela riqueza, mas só pela superioridade?” (Heródoto, 8.26); uma outra memória lembra que, à entrada do estádio de Olímpia, integrado no conjunto das construções que embelezavam o santuário da cidade, “se alinhavam estátuas de Zeus (...), construídas à custa das multas aplicadas aos atletas corruptos.” Reflectindo sobre esta curiosidade, e com a leve ironia que a caracteriza, a Prof. M. Helena da Rocha Pereira continua: “A presença dessas enormes esculturas, de que ainda se podem ver as bases, no momento de entrar para a competição, funcionava como uma advertência aos concorrentes que fossem transgressores. Diga-se de passagem que tal advertência seria igualmente oportuna nos nossos dias para os praticantes de *dopping*...” (p. 70). Também, a respeito dos edifícios da cidade de Olímpia, se lembra a oficina de Fídias, sendo interessante ficar a saber que o edifício oficial pôde albergar a imponente estátua de Zeus, de 12 metros de altura,

sentado no seu trono. Recorde-se, a propósito, que as dimensões da estátua – que quase chegava ao tecto do templo –, provocaram alguns remosques irónicos: houve quem dissesse que, se Zeus se levantasse, o tecto iria pelo ar...Enfim: nem Fídias, considerado o maior escultor grego, escapou às críticas. E no entanto quem pôde apreciar a estátua viu no rosto do deus a expressão do poder e da majestade divinos. Como alguém comentou, ou Zeus se revelou ao escultor ou Fídias foi ao Olimpo... Mas uma lenda acabou por fazer justiça ao trabalho de Fídias: diz-se que ele pediu a Zeus um sinal de que aprovava a sua obra e esse sinal veio imediatamente, na forma de um raio. E assim entretecidas nos foram chegando, pela pena elegante e sóbria de Maria Helena da Rocha Pereira, estas histórias.

Segue-se **Mausoléu, um monumento para a eternidade**, da autoria de Rui Morais (Universidade do Minho), arqueólogo, que regista com grande pormenor as fontes de que hoje dispomos para reconstruir este monumento grandioso da cidade de Halicarnasso, do qual pouco resta. Começando por trazer à colação a mais antiga referência ao Mausoléu na literatura portuguesa (datada de 1548, numa obra de Francisco da Holanda), Rui Morais passa a enquadrar histórica e geograficamente a cidade que se tornou célebre pelo seu mausoléu (Halicarnasso), o rei da Cária (Mausolo), em cuja homenagem o monumento foi erguido, e o monumento que dele herdou o nome (o Mausoléu). O Mausoléu nasceu da paixão e sofrimento de Artemísia II, inconformada com a morte do marido (Mausolo), e fica concluído no ano de 349 a.C., já depois da morte da rainha. Estamos no século IV a.C., algum tempo antes de Alexandre da Macedónia se apoderar, em 333, da cidade.

“No local não resta praticamente nada do monumento” (p. 85). Apenas podemos imaginá-lo com base em três tipos de informação: as fontes antigas, os vestígios escultóricos e arquitectónicos incorporados na fortaleza de S. Pedro e o espólio que vem sendo recuperado nas mais recentes campanhas arqueológicas no local.¹³ Entre as fontes antigas é imprescindível, para o conhecimento do mausoléu, o testemunho de Vitrúvio, que dele faz uma viva descrição. E é com base nas informações recolhidas das fontes

¹³ Resultado dos trabalhos de escavação liderados pelo inglês Sir Charles Newton, no séc. XIX, encontram-se no British Museum parte da arquitrave do Mausoléu e cerca de oitocentos fragmentos escultóricos originais. Em meados do séc. XX, outros trabalhos arqueológicos, dirigidos pelo arqueólogo dinamarquês Kristian Jeppesen, trouxeram novos achados escultóricos e arquitectónicos que “permitem fazer uma ideia aproximada de como seria o mausoléu” (p. 88).

escritas e das escavações que é hoje possível proceder a uma descrição técnica, rigorosa e pormenorizada como a que se encontra neste livro. O estudo termina com uma nota de grande sensibilidade. A concluir a sua evocação, Rui Morais, fiel ao lema de arqueólogos e filólogos, segundo os quais as pedras e os livros falam, escreve: “Contra a barbárie da destruição restam-nos alguns fragmentos da memória, essa mesma memória que ainda inspira a criatividade dos poetas e dos artistas.” (p. 90). E lembra a *Artemisia* de Rembrandt (1634), que tão bem espelha “a dor e o delírio de amor da rainha”.

O **Colosso de Rodes** é apresentado por Luísa de Nazaré Ferreira (Universidade de Coimbra). A “segunda estátua a integrar a lista mais célebre das Maravilhas da Antiguidade”, no dizer de Luísa Ferreira, foi erguida em Rodes talvez nos primeiros anos do século III a.C., e é um monumento helenístico. *Kolossos* significava ‘estátua’, independentemente da sua dimensão. Mas a de Rodes, com os seus cerca de 31 metros de altura, era, de facto, um ‘colosso’... Na descrição de Plínio (34.41) é possível ler que “poucos homens podem abraçar o polegar e os dedos são maiores do que muitas estátuas. Vastas cavernas se abrem no interior dos seus membros ocios.” A estátua constituía uma homenagem dos Ródios a Hélios, o Sol, em agradecimento pela independência da ilha, ameaçada e cercada, em 305 e 304, por Demétrio Poliorceta (filho do monarca e general Antígono da Macedónia). Com a ajuda do Egipto e graças ao protector divino, o deus Hélios, conseguiram resistir e mantiveram a independência. O trabalho colossal foi entregue ao artista Cares de Lindos, discípulo do escultor oficial de Alexandre, Lisipo. Vários problemas se levantam relativamente ao Colosso: não se sabe ao certo, mas é provável que a cabeça tivesse uma coroa radiada, típica representação do deus; não é conhecida, em rigor, qual a postura do Colosso (de pernas afastadas ou não); o mesmo se diga da tocha que a mão direita da estátua sustentaria (ou não); também não se conhece ao certo o local da elevação do farol, embora se tenda a considerar que seria no porto de Rodes, onde está agora o Forte de São Nicolau, construído em 1464. No mar das imediações têm sido recuperados fragmentos que bem podem pertencer ao Colosso.

Tão ou mais importante do que estes dados, que por vezes não passam de hipóteses, é o facto – como assinala Luísa de Nazaré Ferreira (p. 101) – “de a oferenda dos Ródios ter inaugurado a moda da escultura colossal com intenções propagandísticas”. E refere, a título de exemplo, a colossal estátua de bronze de Nero, que viria a dar ao Anfiteatro dos Flávios a

designação de Coliseu (*Colosseum*), por ter sido erguida perto deste; depois, a estátua de Cristo Redentor do Rio de Janeiro (com 30 metros de altura, mais oito do pedestal), inaugurada em 1931, e que é hoje considerada uma das sete novas maravilhas do mundo. Depois, o Cristo-Rei do concelho de Almada, inaugurado a 17 de Maio de 1959. Mas, sobretudo, a colossal Estátua da Liberdade, construída entre 1875 e 1884, com a colaboração de Eiffel e simbolicamente inspirada na mensagem de liberdade do Colosso de Rodas.

O **Farol de Alexandria** é trazido até nós por Delfim Ferreira Leão (Universidade de Coimbra) e Vasco Gil Mantas (Universidade de Coimbra), um filólogo e um arqueólogo. À semelhança do Mausoléu e do Colosso, também do Farol pouco mais resta do que um nome, ‘farol’, relativo a Pharos, nome de uma ilha à entrada do porto e da cidade de Alexandre. Aí foi erguido o monumento, a torre que deu nome aos faróis de todo o mundo. A este respeito, Delfim Leão traça um rápido e rigoroso quadro da herança política e cultural do príncipe macedónio, para situar, talvez nos inícios do século III a.C., o surgimento do Farol de Alexandria. Na opinião de Vasco Mantas, “Poucos monumentos da Antiguidade tiveram uma herança tão gloriosa quanto útil como o farol levantado na ilha de Faros, junto à famosa Alexandria do Egipto” (p. 117). O Farol unia, como poucos, a *maiestas* e a *utilitas* (no dizer de Frontino) e foi das construções que mais agradaram ao espírito pragmático dos Romanos, que dele fizeram muitas “réplicas”. Foi derrubado por um terramoto, em 1303. Apesar de todas as fontes de informação e de todas as tentativas de reconstituição, “não é fácil delinear uma imagem exacta do farol”, nem as características da sua iluminação (p. 121). Por isso os estudos continuam, procurando ainda vestígios deste monumento cuja configuração acabou por determinar a de tantos outros faróis.¹⁴

O elenco das Sete Maravilhas é muito justamente complementado (e, de certo modo, contrastado) com um texto, da autoria de Paula Barata Dias, sugestivamente intitulado “**Das maravilhas aos milagres. Testemunhos cristãos sobre os *Mirabilia Mundi*.**”

¹⁴ É interessante referir que, se, por um lado, a barragem de Assuão representou fortes perdas para o património arqueológico egípcio, no caso das pesquisas sobre o Farol, elas foram facilitadas, já que a “drástica diminuição dos depósitos aluvionares provocou alterações hidrodinâmicas no litoral, contribuindo assim para descobrir vestígios até há pouco ocultos por sedimentos” (Vasco Mantas, p. 125).

Estamos a entrar no tempo da *translatio*. A leitura destas páginas faz-nos saber que a primeira referência depreciativa a uma “maravilha” surge nos Actos dos Apóstolos, atribuídos a S. Lucas, e diz respeito ao templo de Ártemis em Éfeso. Era esse templo um “monumento da cidade e fonte de recursos para muitos que vivem do comércio (de reproduções de imagens da deusa) e do turismo religioso em torno do santuário que acolhia – dizia-se – a estátua da deusa doada pelos céus” (p. 132-133). Os que viviam desse comércio religioso sentiam a ameaça de uma nova religião que condenava a multiplicação dos deuses, o que deu azo a movimentos de insurreição popular, como a que é narrada nos *Actos dos Apóstolos*, 19.23-40. Vale a pena seguir com atenção a análise feita a este passo, que é muito interessante.

A exposição de Paula Barata Dias, circunstanciada, mostra como o catálogo tradicional das Sete Maravilhas legado pela Antiguidade foi sendo progressivamente substituído por outros; primeiro, pelos Romanos, que reclamavam para as suas grandes e robustas obras de índole arquitectónica o primado das Maravilhas; depois, desde o séc. I d. C. até ao Renascimento, pelos Cristãos, que, colocados diante da grandeza e beleza de tantas obras de arte, se propuseram substituir o cânone pagão por outro, cristão, sublinhando a precariedade e caducidade da obra humana e afirmando a superioridade das obras de Deus perante as dos homens. Nada mais precívél, diziam, do que as obras do homem. Em alternativa ao catálogo tradicional de Fílon de Bizâncio, do século III a.C., vai aos poucos surgindo um catálogo verdadeiramente cristão, como aquele que figura em Gregório de Tours, em Beda e em Isidoro de Sevilha. E é assim que os *mirabilia* (‘as coisas dignas de admiração’) se transformam em *miracula* (‘as admiráveis realizações de Deus’).

O Renascimento, com o seu desgosto pelas ruínas em que tinham caído os impérios da sua predilecção, virá resgatar e visitar, pela mão de Petrarca e de outros humanistas, essas maravilhas da arte que o tempo consumira. Eram então recordadas como *exempla* da caducidade da vida, do homem, da arte. Uma apenas escapava, a arte da poesia, que registava para a posteridade aquilo que o tempo destruíra.¹⁵ À semelhança de Horácio,

¹⁵ Entre nós, Duarte Nunes de Leão, na sua *Ortografia e origem da Língua Portuguesa*, comentava assim a falta, na Hispânia, de “letreiros” antigos, isto é, de inscrições anteriores aos Romanos (p. 207): “E, se algum dos antigos de Espanha as [sc. memórias] procuraram, a antiguidade do tempo consumiria esses letreiros, como desfez o Mausoléu de Caria e os hortos pênsiles de Babilónia e os outros milagrosos edifícios do mundo.”

que estava certo de que a sua poesia escaparia à destruição a que estavam sujeitas as próprias pirâmides...

A segunda parte do volume em apreço, de extrema importância, apresenta, em tradução, **as principais fontes gregas e latinas** que nos permitem hoje aceder a informação que de outra forma não teríamos. Não será de mais sublinhar o facto de podermos, nesta segunda parte, reler os autores e os textos que impediram que a memória de tão grandes obras percesse de todo; trata-se de uma preciosa novidade, pois temos por assim dizer à mão, reunidos e traduzidos, um conjunto apreciável de textos não apenas de difícil acesso como de difícil leitura. Segue-se uma **lista de listas de maravilhas**, dos sécs. III a.C. ao séc. XVI, que revela a diversidade de elencos que ao longo dos tempos se foram formando, e, por fim, uma **lista com as Maravilhas mais citadas** (sécs. III a.C. – XVI), **num total de 52**; mas basta olhar a mancha tipográfica dedicada a cada uma delas para se perceber que as mais citadas são exactamente as que foram objecto de estudo neste interessante livro.¹⁶ Só depois começam a aparecer no âmbito das Maravilhas espaços e obras de arte como o Capitólio de Roma, o Coliseu, a própria Cidade de Roma, entre muitos outros.

Uma **Bibliografia** de oito páginas encerra, enriquecendo-o, o livro.

Apontámos alguns dos múltiplos aspectos que, do ponto de vista histórico e técnico, importa reter deste belo livro. Mas o volume é atraente a muitos outros títulos. Assinale-se, logo à partida, a capa, que reproduz o Colosso de Rodes como é representado numa gravura quinhentista (1572) de Maerten van Heemskerck, artista alemão que reuniu no mesmo quadro dois tempos: “em primeiro plano, a estátua de Hélios a ser desmantelada pelos Turcos; atrás, a estátua intacta, de pernas afastadas, erguida à entrada do porto de Rodes” (p. 103). Além disso, as imagens e gravuras que ilustram o volume são bem sugestivas (sejam embora fantasia ou reconstituição) do que teriam sido as obras que o tempo destruiu.

Concluindo:

Dedicado às Sete Maravilhas do Mundo Antigo, o livro é, pode dizer-se, uma maravilha, com o seu contínuo rememorar de factos, de lendas, de tradições, que a cada instante nos espantam e encantam.

¹⁶ A saber: as Pirâmides, as Muralhas de Babilónia e, em terreno grego, o Artemision em Éfeso, a Estátua de Zeus em Olímpia, o Mausoléu de Halicarnasso, o Colosso de Hélios em Rodes e, a alguma distância, o Farol de Alexandria.

Que mais dizer? Geralmente, um livro desta natureza costuma ser uma espécie de aperitivo para outras viagens. Mas acontece que, se a visita *in loco* ainda pode ser feita no Egipto, já quanto às restantes Maravilhas, só com o auxílio de historiadores, arqueólogos, filólogos podem ser revisitadas. São eles que nos ajudam a imaginar (fantasiar?) a grandiosidade, a riqueza e o esplendor de realizações artísticas do homem que Cronos, devorador dos seus filhos, apagou. Por isso, para recomendar o livro, nada melhor do que as sábias palavras de Fílon de Bizâncio, um escritor que viveu nos séculos III-II a.C., num tempo em que todas as Sete Maravilhas estavam de pé e era, portanto, possível ir visitá-las em turismo, como efectivamente acontecia. Mesmo assim, Fílon como que nos convida a viajar e a aprender sem sair de casa:

“(…) **é coisa admirável e generosa a educação**, porque ao livrar o homem da caminhada, mostra-lhe a beleza em casa, concedendo olhos à alma. É um facto extraordinário, pois quem vai até aos lugares e os vê uma vez, ao partir logo os esquece. Não retém, de facto, os traços exactos das obras e as recordações sobre cada detalhe escapam-se. Mas quem procura **conhecer pela leitura** o que é maravilhoso e a virtude da sua construção, ao contemplar, como se visse num espelho, todo o trabalho de arte, guarda indeléveis as impressões sobre cada uma das imagens. Pois vê com a alma coisas extraordinárias.” (tradução de M. Luísa Ferreira)

Aqui fica, pois, o convite. É que a leitura deste livro permite que todos possamos ver “com a alma coisas extraordinárias”.

E termino com um agradecimento a toda a equipa que nos proporcionou estudos e textos tão interessantes sobre as *Sete Maravilhas do Mundo Antigo*, em particular na figura do homenageado, o Prof. Doutor José Ribeiro Ferreira.

VIRGÍNIA SOARES PEREIRA

FERREIRA, Luísa de Nazaré, RODRIGUES, Paulo Simões, RODRIGUES, Nuno Simões, *Plutarco e as Artes. Pintura, Cinema e Artes Decorativas*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010, 299 pp. [ISBN 978-989-8281-56-2].

Desde que se iniciou, em 2008, a Colecção *Classica Digitalia* tem vindo a dar novo e arejado impulso à publicação de obras de temática